



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE CARAGUATATUBA: O EFEITO DO RECEBIMENTO DE ROYALTIES NA EDUCAÇÃO ENTRE OS ANOS 2000 E 2023. ODS 4.

LEONARDO SANTOS GOMES (UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ- UNITAU)
EDSON TRAJANO VIEIRA (UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ- UNITAU)
ORIENTADOR MOACIR JOSÉ DOS SANTOS (UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ-
UNITAU)

CARAGUATATUBA - SÃO PAULO.

2024.

RESUMO



A Lei 9478 foi aprovada pelo governo brasileiro em 1997 e tem como responsabilidade o estabelecimento de novos parâmetros para a distribuição dos royalties do petróleo entre os municípios brasileiros e promover a possibilidade de ampliação do uso desses recursos em áreas sociais, trazendo normativas para os administradores públicos, determinando onde essa verba pode ser aplicada e onde não pode ser aplicada. Esse artigo tem como objetivo investigar empiricamente se os royalties do petróleo distribuídos sob esta Lei contribuíram para a melhoria dos indicadores de educação básica no município de Caraguatatuba - São Paulo, no período de 2000 a 2021. Para isso, serão utilizados os dados Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), os dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os valores referenciais de distribuição de royalties fornecidos pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) e Comunica Bacia de Santos. Os resultados revelaram que as rendas petrolíferas recebidas pelo município de Caraguatatuba, oriundas dos royalties do petróleo não foram capazes de promover efeitos significativos nos indicadores referentes a educação, mas seus efeitos foram notáveis sobre os setores formais de trabalho e estão atrelados ao desenvolvimento econômico municipal.

PALAVRAS-CHAVE: Rendas petrolíferas; Royalties; Caraguatatuba; IDEB/SAEB; Educação.

INTRODUÇÃO



As rendas petrolíferas são distribuídas de modo desigual ao longo do território brasileiro, com base num critério aplicado pelo IBGE tendo como base a Lei 7.525/86 que visa a indenização aos municípios que possam sofrer impactos das atividades de produção e escoamento de petróleo e gás.

Dessa maneira, o Governo Federal proporciona aos municípios confrontantes uma compensação financeira através de uma distribuição de percentuais dos de rendas petrolíferas que geram receitas, sabendo que muitos municípios sofrem diversos impactos negativos das atividades da indústria de petróleo e gás, e, com o objetivo de mitigar e evitar potenciais perdas de bem-estar nessas regiões (como, degradação ambiental e impactos na atividade pesqueira) (Postali, 2011).

O marco regulatório nesse setor veio a ocorrer a partir de 1997, através da popularizada “Lei do Petróleo”, cujo número da Lei é nº 9478/97, garantindo que parcelas expressivas desses recursos provenientes da exploração de petróleo e gás natural fosse distribuído para diversos municípios brasileiros (Postali, 2011).

A introdução de novos critérios para a elaboração do cálculo destas rendas (realizada pela ANP com base nos percentuais de contrato) e distribuição entre os municípios afetados pelas atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural, foi uma das alterações mais notáveis. (Postali, 2011).

O exercício de explorar petróleo e gás natural permite que o governo venha extrair rendas atividades de produção por meio de quatro modalidades básicas, estabelecidas pela Lei de Petróleo: Bônus de Assinatura, Taxa de Ocupação e Retenção de Área, Royalties e Participações Especiais. (Freitas, 2009).

A principal fonte entre as formas de arrecadação de receitas através das rendas petrolíferas, são os royalties, que são baseados em contratos governamentais e impostos 10% de imposto sobre o valor bruto da produção mensal de petróleo e sua divisão é realizada para os entes federativos conforme previsto na Lei 9478/97. (Freitas, 2009).

Mas nem sempre as produções seguem um parâmetro previsto, podendo ser menor ou maior, diminuindo ou ampliando o lucro do explorador. Quando essa produção excede o previsto, o que não ocorre em todos os projetos, a empresa responsável deve pagar uma compensação extraordinária ao Governo, denominada participação especial. (Freitas, 2009).



Essa forma de imposto sobre renda petrolífera é aplicada a partir de alíquotas progressivas que podem variar entre 10% e 40% de acordo com uma complexa regra que considera a profundidade, a idade e o volume de produção do campo e deve ser paga a cada três meses e sua divisão se dá entre Estados e Municípios produtores e os Ministérios de Minas e Energia e Ministério do Meio Ambiente. (Freitas, 2009).

Segundo dados da ANP, o município de Caraguatatuba, por sua vez, passou a receber compensações financeiras das rendas petrolíferas em 2000 e desde então, os valores começaram a servir de importantes fontes de receita aos orçamentos, representando valores entre 11% e 20% municipal, gerando uma possibilidade de dependência financeira de um recurso finito.

Dessa maneira, observa-se que as rendas petrolíferas são fatores importantes para o desenvolvimento econômico de Caraguatatuba, assim como uma importante fonte de receitas, não apenas ao município, mas para um número considerável ou todos os municípios do país, podendo servir como uma ferramenta para ampliação e melhoria das políticas públicas sociais e também, nos investimentos em educação e saúde.

Contudo, tal recurso precisa de atenção em sua aplicação. Segundo Quintella (2000), a aplicação desses recursos não possui destinação determinada, sendo vedado apenas a utilização desses recursos para os pagamentos e folha de pagamento (pessoal permanente).

Nesse sentido, questiona-se: como a educação básica de Caraguatatuba se desenvolveu durante o período entre 2000 e 2021, onde passou a receber royalties advindos da produção e escoamento de petróleo e gás natural? Essa questão diretamente relacionada com a ODS 4, que trata sobre a fomentação de uma educação de qualidade.

Esse estudo conta com cinco seções, além desta introdução, sendo a segunda seção dedicada a discutir o desenvolvimento econômico de Caraguatatuba e fazer uma breve contextualização dos referenciais históricos e teóricos que remetem aos parâmetros de educação e o desempenho do município. A terceira seção apresenta o método utilizado na elaboração da pesquisa, enquanto a quarta seção busca apresentar a caracterização dos resultados. A quinta seção conta com a conclusão pertinente ao examinar os resultados em relação ao objetivo do artigo.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Desde a segunda metade do século XX, o debate sobre o conceito de desenvolvimento regional no Brasil tem ganhado maior destaque entre pesquisadores e formuladores de políticas públicas. Anteriormente, especialmente a partir dos anos 1940, o desenvolvimento era amplamente associado à industrialização e à acumulação de bens. No entanto, essa compreensão foi se transformando com o tempo (Lang, 2016).

Inicialmente, o desenvolvimento regional estava estreitamente vinculado a questões econômicas, com a inclusão de territórios não capitalistas nos circuitos de acumulação de capital, o estímulo ao consumo e a conversão de recursos naturais em commodities sendo considerados indicadores de sucesso e qualidade de vida (Lang, 2016).

Porém, à medida que o pensamento sobre desenvolvimento, em especial o regional, evoluiu, surgiram questões fundamentais: para quem estamos planejando? Com que objetivo? Por que o desenvolvimento regional é relevante? Partimos do princípio de que as concepções sobre desenvolvimento e região estão profundamente interligadas a experiências sociais, culturais e históricas, assim como a um conhecimento local que deve ser valorizado (Butzke, Theis e Mantovanelli, 2018).

Nesse contexto, é importante considerar como as regiões são concebidas, quem as formula e quais grupos sociais as habitam, levando em conta as dinâmicas de poder. As perspectivas sobre desenvolvimento e região revelam que as experiências vividas nesses espaços e tempos influenciam diretamente os cenários atuais. Assim, é imprescindível superar a visão de que as regiões são homogêneas e ocupam uma única posição no tempo e no espaço, buscando novas abordagens para o desenvolvimento.

No caso do Brasil, é necessário reconhecer que as práticas coloniais deixaram profundas marcas na sociedade latino-americana. Até hoje, a colonialidade e suas práticas continuam a moldar o poder, enraizado no capitalismo (Mészáros, 2002) e no eurocentrismo (Lander, 2005).

A colonialidade se manifesta nas relações entre Estado, intelectuais e a população, além de influenciar a produção e validação do conhecimento, determinando quais saberes são valorizados ou marginalizados.

Não se trata de uma simples relação entre colonizador e colonizado, mas de um fenômeno que assume novas formas e continua a impactar as políticas de desenvolvimento (Alcoreza, 2015).

Quijano (2005) argumenta que o capitalismo se consolidou por meio da exploração da América Latina, principalmente pela extração de ouro e prata. O eurocentrismo, em grande parte, é fruto da acumulação de riquezas, conhecimentos e experiências obtidas durante a colonização (Dussel, 2005).

Diante disso, é fundamental repensar os conceitos de desenvolvimento e região a partir de uma perspectiva decolonial, que valorize os saberes latino-americanos e coloque as regiões como interesses centrais para as populações locais.

Regiões não são meros espaços passivos, mas possuem agência própria. Muitas vezes, medidas importadas da Europa ou dos Estados Unidos foram aplicadas de maneira inadequada em regiões com características sociais, culturais e geográficas completamente diferentes, resultando em soluções ineficazes (Butzke, Theis e Mantovanelli, 2018).

No entanto, paradoxalmente, a regionalização imposta pode também fornecer um caminho para a libertação dessas regiões, ao permitir o resgate da história e das vozes daqueles marginalizados.

Como destaca Segrera (2005, p. 221), "Apenas novas alternativas poderão desbloquear um modelo de acumulação e de sociedade esgotado. Cabe a nós imaginá-las e começar a executá-las."

O conceito de desenvolvimento, historicamente debatido em universidades e órgãos governamentais, tem sido reduzido a aspectos econômicos e indicadores quantitativos (Souza, 1997), o que gerou planos e políticas com impactos consideráveis sobre o meio ambiente e a sociedade.

É essencial adotar uma visão crítica desse enfoque, incorporando perspectivas autóctones brasileiras e latino-americanas, a fim de desenvolver uma agenda política que promova uma proposta decolonial (Esteva, 2000; Gudynas, 2011). Como afirmam Butzke, Theis e Mantovanelli Júnior (2018, p. 104), é imprescindível discutir os desafios de forma clara e urgente, compreendendo que o desenvolvimento regional não segue uma trajetória única, mas oferece múltiplos futuros possíveis (Segrera, 2005).

A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL



A Constituição Federal em seu artigo 205 garante a integralidade da educação em nível básico (infantil, fundamental e médio), como um direito de todos os cidadãos e o estado e a família tendo a obrigação de assegurar que o ensino seja concebido, sendo incentivada e promovida com a colaboração da sociedade, buscando o desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho. (CF, 1988)

Uma das ferramentas utilizadas para aferir o nível de aprendizado da educação básica é o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que foi implantado em 1990 e desde então, vem sofrendo diversas alterações.

O orçamento estimado para os anos 2000 no município de Caraguatatuba era de R\$106.967.000 (cento e seis milhões novecentos e sessenta e sete mil reais) e com previsão de R\$21.218.000 (vinte e um milhões duzentos e dezoito mil reais) para a educação, aproximados 19.83% do orçamento. (Câmara Municipal de Caraguatatuba, 1999).

A destinação pelos municípios de, pelo menos, 25% da receita proveniente de impostos, incluindo as transferências, para a manutenção e desenvolvimento do ensino/educação, conforme estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal de 1988 (CF, 1988).

Nos anos 2000, a cidade de Caraguatatuba contava com 26 unidades escolares ao longo do município (SEDUC, 2023), o que indica gasto aproximado de 816 mil reais por unidade escolar (que não se resume apenas aos conceitos de Custo-aluno, levando também em consideração infraestrutura, novas unidades escolares a serem criadas, manutenção, profissionais e todo o aporte necessário para as escolas).

Porém, as taxas, custos e condições de investimento são completamente diferentes. Muitas vezes é confundido se é considerado um derivado da Teoria contábil ou econômica. (MEC). As despesas são a soma dos sacrifícios financeiros feitos por uma empresa ou instituição para alcançar: Para obter produtos ou serviços. As taxas são definidas da seguinte forma: (i) Confirmação de dívida assumida; (2) Com base no cumprimento da obrigação. (FUNDAP, 2013).

O custo é uma categoria de despesa; o valor total de bens e serviços. Eles são consumidos e usados para produzir outros bens ou serviços. As taxas podem ser diretamente relacionado a um único produto ou serviço, ou indiretamente, ou seja,

refere-se a diferentes produtos ou serviços e depende da conta, distribuição ou estimativa adequada para cada produto ou serviço (Carpintéro, Bacic, 1999).

Por sua vez, O investimento é a parte dos gastos que gera ativos armazenados. (MEC). Nessa abordagem, o custo por aluno está relacionado à unidade de produção, que é a escola em si. Para tornar possível sua referência a um sistema global, a uma rede ou a uma região específica, as análises de custo por aluno geralmente requerem a coleta de dados em amostras de escolas (subconjuntos) que sejam representativas do conjunto que se deseja estudar. (Carnieli, 2000)

Na ótica dos sistemas educacionais ou redes de ensino, a determinação do custo por aluno é derivada de informações consolidadas, geralmente obtidas a partir dos balanços e/ou bancos de dados da Secretaria da Educação. Sua representatividade em termos estatísticos abrange, assim, o sistema como um todo.

A capacidade de desagregar essas informações para subconjuntos do sistema depende do nível de detalhamento presente nos bancos de dados das Secretarias. (Carnieli, 2000).

De maneira geral, os dados originados exclusivamente dos balanços enfrentam desafios para serem desmembrados, mesmo por programa ou nível de ensino. A contabilização dos gastos associados ao ensino fundamental e médio, por exemplo, segue critérios estritamente contábeis e não reflete a alocação efetiva dos recursos entre os dois níveis educacionais. Portanto, a mensuração dos gastos em cada um desses níveis, com base em levantamentos de dados de balanço, tende a apresentar distorções significativas. (Carnieli, 2000).

Ocorre com frequência uma situação semelhante em relação às despesas administrativas. Em algumas instâncias, uma parcela das despesas destinadas aos níveis de ensino fundamental e médio é erroneamente classificada como despesas administrativas, resultando na subestimação dos gastos nessas respectivas categorias educacionais. (Carnieli, 2000).

METODOLOGIA

O presente estudo traz uma abordagem qualitativa. A abordagem qualitativa, conforme delineada por Minayo (2001), aborda questionamentos específicos e concentra-se, no âmbito das ciências sociais, em uma esfera de realidade que escapa à quantificação. Ela lida com o domínio dos significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, explorando um âmbito mais profundo das relações, dos



processos e dos fenômenos que não podem ser simplificados à mera operacionalização de variáveis.

Para isso, serão utilizadas de abordagens exploratórias-descritivas, para que os fenômenos elucidados possam ser compreendidos. Além disso, o estudo utilizou de técnicas documentais para coletar, analisar, validar e interpretar os dados.

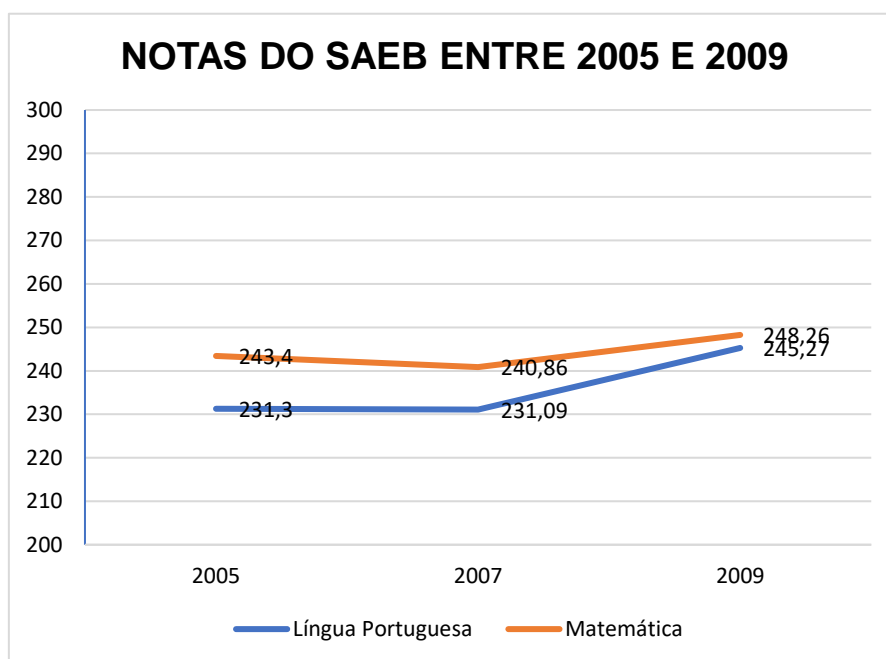
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entre os períodos avaliados evidenciou-se um crescimento econômico exponencial em Caraguatatuba, sofrendo alteração próxima de 1000%, aumentando seu orçamento em cerca de 1 bilhão de reais, que por sua vez, refletem diretamente nos investimentos na educação pública municipal. Nos anos 2000, o município de Caraguatatuba passou a receber royalties oriundos da produção e escoamento de petróleo e gás natural, com valores ainda residuais e não significativos ao orçamento, se comparado aos municípios do Rio de Janeiro, em mesmo período. (ANP).

Nesse período, foi estimado pela Lei nº 825 de 27 de dezembro de 1999, que o município teria um orçamento de R\$106.967.000 reais, valor inferior ao que o município viria a receber apenas de royalties no futuro.

Nesse ano, a cidade de Caraguatatuba contava com 26 unidades escolares para atender as demandas municipais, com população de 78.836 habitantes (IBGE, 2000) e crescimento populacional aproximado de 4%. No ano de 2005, a cidade de Caraguatatuba obteve média de 243,4 pontos para Matemática e 231,3 pontos para Língua Portuguesa no SAEB.

Gráfico 1: Notas do SAEB entre 2005 e 2009.



Fonte: INEP. Elaborado pelos autores.

Pôde-se observar que nesses períodos, houve pouca oscilação nas notas médias obtidas, variando entre 230 e 248 pontos, entre Língua Portuguesa e Matemática. Nota-se assim, que mesmo com a variação de investimento na área da educação no período que evoluiu de cerca 33 milhões em 2005 para cerca de 42 milhões e depois para 66 milhões, em 2007 e 2009 respectivamente.

Ainda que no período supracitado o município de Caraguatatuba tenha dobrado o seu orçamento para aplicações em educação, as devolutivas apresentadas nas ferramentas de avaliação foram basicamente nulas, chegando a ter pequenas deduções em alguns períodos.

Tais notas resultam nas classificações 4 e 5 do SAEB, que determinam a qualidade do ensino dentro do objeto avaliado. Desse modo, o município mostrou-se que está dentro do nível “proficiente”, mas ainda sem contatos com as categorias de níveis avançados existentes dentro da avaliação.

Em 2007 foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que reúne os resultados de dois conceitos importantes para a qualidade da educação em um único indicador: as médias de desempenho das avaliações e o fluxo escolar.

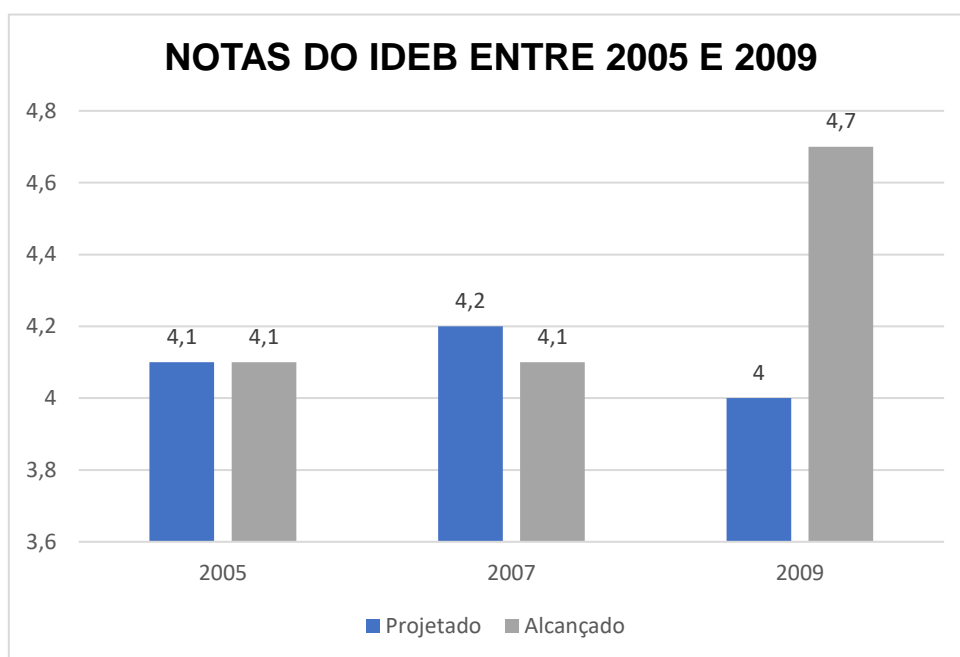
Esses dados são calculados com apoio dos resultados de aprovação escolar obtidos no Censo Escolar e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Quando criado, em 2007, o valor de referência do IDEB era de 4.1 e nesse ano, o município de Caraguatatuba conseguiu alcançar o indicador de



aprendizado projetado e na avaliação seguinte, em 2009, o valor projetado era de 4.3 e o município de Caraguatatuba superou o valor padrão do indicador de aprendizado projetado, alcançando 4.7 de nota média.

Contudo, na avaliação do SAEB, em 2007, essa média teve queda de cerca de 3 pontos para Matemática e de 2 décimos para Língua Portuguesa, elucidando leve redução na qualidade de aprendizagem. Por sua vez, em 2009 esses índices subiram, quase alcançando o nível avançado de domínio sobre Matemática e Língua Portuguesa. Como o gráfico 2 abaixo ilustra.

Gráfico 2: Notas do IDEB entre 2005 e 2009.



Fonte: INEP, elaborado pelos autores.

Ainda nesse período, Caraguatatuba mostrou-se aderente ao novo mecanismo de avaliação, o IDEB. Nos períodos aplicados entre 2005 a cidade alcançou a meta estabelecida, em 2007 ultrapassou em 0,1 ponto dos parâmetros básicos estipulados pela ferramenta e em 2009 a cidade ultrapassou em 0,7 pontos a meta estabelecida.

Nota-se que o município de Caraguatatuba em 2007 com 19 escolas de “anos iniciais” da avaliação e 2 escolas de anos “finais”. Já em 2009, as unidades avaliadas sofreram leve alteração, passando para 20 unidades escolares nos anos iniciais e 2 unidades avaliadas de anos finais.

Dentro dessa perspectiva é possível observar a ocorrência de ampliação de números de unidades escolares -e possivelmente vagas- em escolas da rede pública



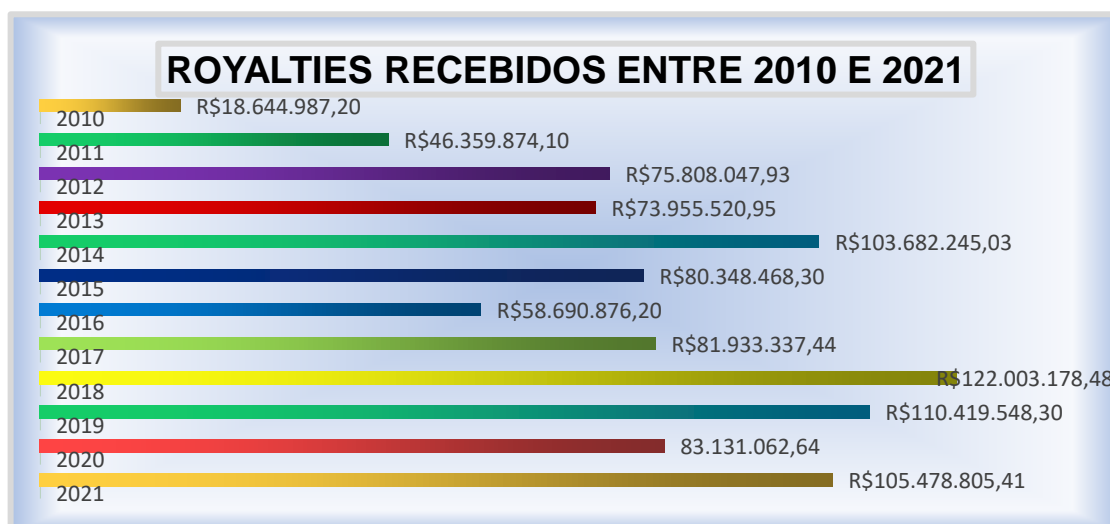
de Caraguatatuba, fazendo alusão direta ao processo de expansão populacional ao qual o município estava atrelado naquele momento.

Em 2010, o município de Caraguatatuba contava com 42 unidades escolares e o investimento na área da educação no período era de 66 milhões, valor aproximado dos 28.7% do orçamento municipal prevista naquele ano. Nesse período completavam-se 10 anos em que a cidade estava recebendo rendas petrolíferas (royalties), que já somavam mais de 18 milhões.

Por outro lado, o município que contava com 26 unidades escolares em 2000 passou a contar com 42 unidades escolares, apresentando aumento de 61.9% em números totais de escolas na cidade. Nesse mesmo período, a cidade que antes tinha cerca de 79 mil habitantes passou a contar com mais de 100 mil habitantes, apresentando aumento populacional de cerca 36%.

Nesse período, o orçamento municipal de Caraguatatuba era de aproximado de 230 milhões e passou a ser e o valor de royalties recebidos apresentaram aumento de quase 7.3 vezes, partindo de 2.55mi para o montante de 18.64mi recebidos em royalties, conforme os dados apresentados pela ANP, representando cerca de 8% do valor total do orçamento de Caraguatatuba. Como mostra o gráfico 3.

Gráfico 3: Royalties recebidos entre 2010 e 2021.



Fonte ANP. Elaborado pelos autores.

Ainda nessa ótica, percebe-se que as rendas petrolíferas passaram a promover grande incremento nas receitas orçamentárias de Caraguatatuba, se aproximando dos 20% do orçamento municipal, como ocorreu em alguns anos.

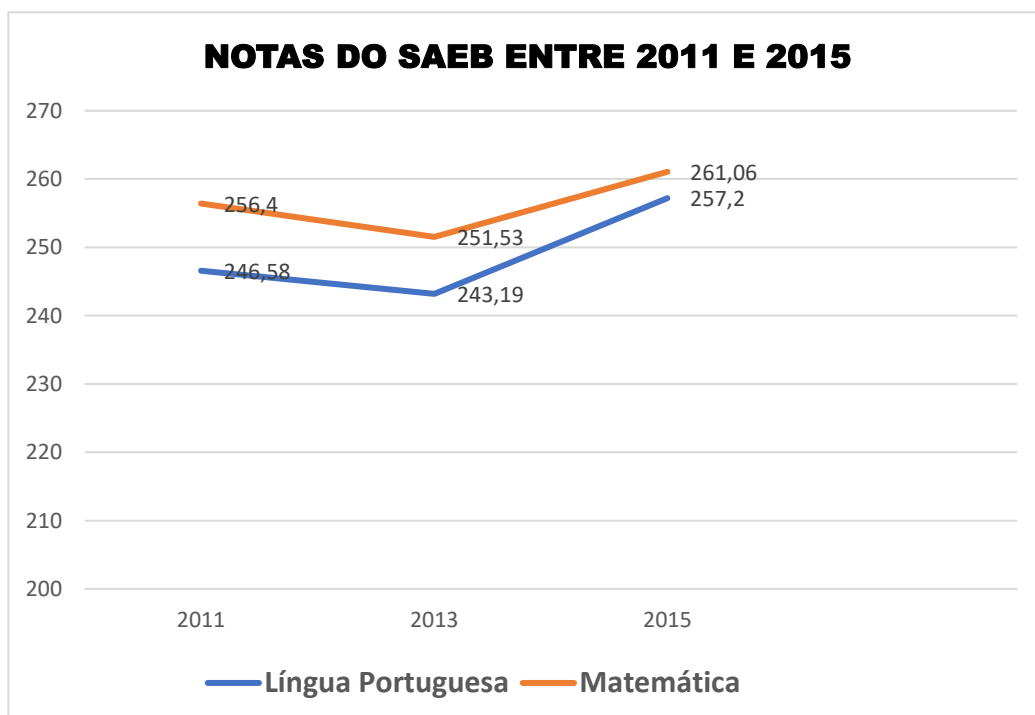


Desse modo, necessita-se observar de quais contratos esses royalties são provenientes, pois dependendo do ano do poço explorado, as verbas podem ser utilizadas de modo livre - com exceção de pagamento de dívidas e pessoal-.

No caso dos contratos de Caraguatatuba citados até 2012, todos possuem aplicação sem especificação, podendo ser aplicado em áreas diversas. Contudo, mesmo após as mudanças legais que impõem o uso de 75% para educação e 25% para saúde, poucos são os contratos e rendas geradas para Caraguatatuba desses contratos.

Entre os anos de 2011 e 2015, poucas foram as variações de pontuação de Caraguatatuba no IDEB e SAEB. No SAEB, a partir de 2015 a cidade passou a ter o nível avançado dentro dos requisitos de avaliação em ambos os critérios (Matemática e Língua Portuguesa) e por sua vez, alcançando pontuações entre 250 e 267 pontos.

Gráfico 4: Notas do SAEB entre 2011 e 2015.



FONTE: INEP. Elaborado pelos autores.

Em 2011 o orçamento de Caraguatatuba estava previsto em torno de 169 milhões, com cerca de 79.5 milhões em investimentos para a educação. Dessa maneira, o município seguiu ampliando anualmente seu orçamento e investimentos na educação, que ainda que de formas singelas, passaram a dar sinais de avanços.

Nesse período, a cidade passou a contar com 45 unidades escolares, com aumento de cerca de 7.5% no montante total, resultando na criação de 03 novas



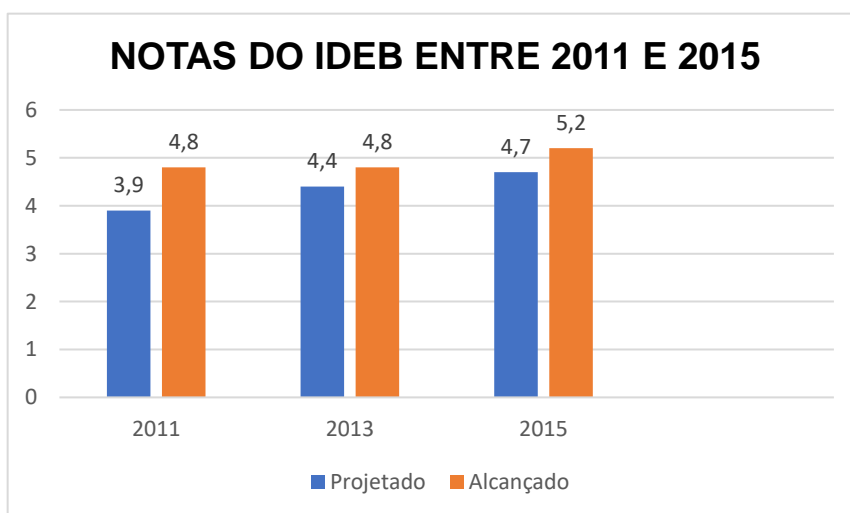
unidades. Dentre elas, 21 foram avaliadas no SAEB para anos iniciais e 5 delas foram avaliadas para anos finais, tendo percentual avaliado aproximado aos 60% das unidades de ensino.

No ano de 2013, o município aumentou seu orçamento em quase 50%, alcançando mais de 412 milhões no total, sendo 117.1 milhões para a educação, cerca de 27% do valor total. Nesse mesmo período, o município recebeu cerca de 74 milhões oriundos da exploração de petróleo e gás, se aproximando de uma dependência de 20% do orçamento total.

Em 2015, a cidade de Caraguatatuba alcançou a marca do meio bilhão no orçamento total e assim, apresentando elevação de cerca de 500% do orçamento dos anos 2000, com investimento de mais de 144 milhões na educação, aproximados 27% do orçamento total e 80 milhões em royalties.

Nota-se que nesse período o orçamento do município de Caraguatatuba e os investimentos em educação se apresentam como grandezas diretamente proporcionais, sendo a elevação dos investimento na área da educação relacionado com o aumento orçamentário. Contudo, ainda que com a notória presença dos royalties do petróleo, pouca é sua influência sobre as aplicações diretas na área da educação, que refletem também no IDEB, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 5: Notas do IDEB entre 2011 e 2015.



FONTE: INEP. Elaborado pelos autores.

Os dados da avaliação mostram que o município está na linha da progressão, transitando pela meta projetada, tendo a ultrapassado em alguns anos e estando muito próximo dela em outros, como 2013 e 2015.

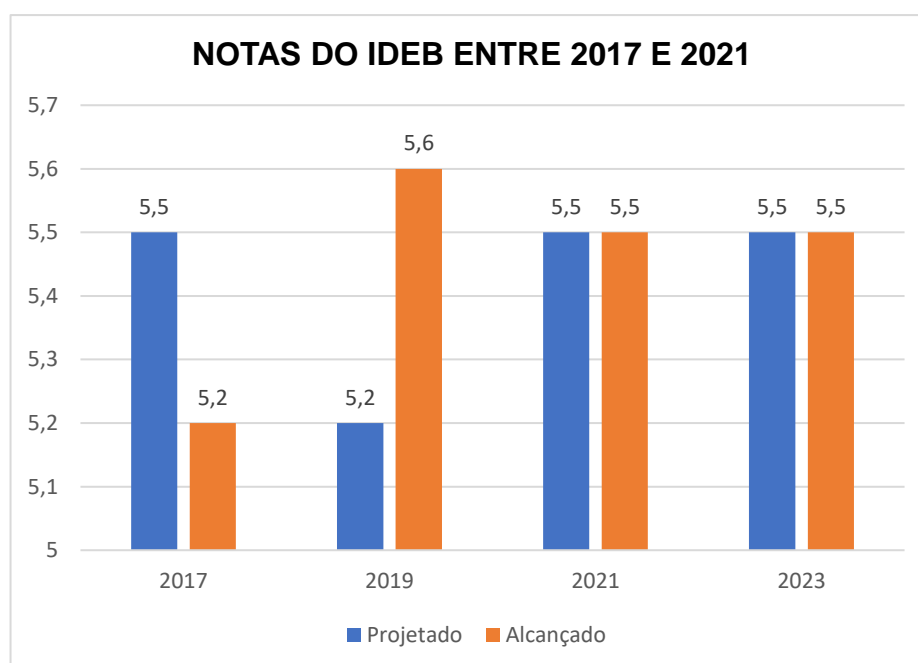
É importante ressaltar a presença marcante de especulação imobiliária agressiva no município, especialmente relacionada à urbanização turística, impactando diretamente a população de baixa renda. Essa influência se manifesta desde as dificuldades decorrentes da carência de serviços públicos até a significativa valorização dos imóveis, o que eleva os custos associados à moradia, conforme apontado por Gigliotti e Santos em 2013.

Tal fenômeno se apresenta como uma das resultantes do desenvolvimento econômico e regional da cidade de Caraguatatuba, que deixou de ser apenas uma cidade turística e passou a ser um polo comercial no litoral norte de São Paulo.

Além do aumento populacional elevado no município, tal fator também pode estar atrelado ao momento pandêmico que vivemos, que por sua vez, não reduziram o orçamento - se comparado a 2015-, apresentando elevação para mais de 1 bilhão de reais em 2023.

Contudo, entre os anos de 2017 e 2023, Caraguatatuba passou a se distanciar levemente dos parâmetros estimados pelo IDEB, alcançando pela primeira vez uma margem de meio ponto de diferença. Como mostra o gráfico

Gráfico 6: Notas do IDEB entre 2017 e 2023.



FONTE: INEP. Elaborado pelos autores.

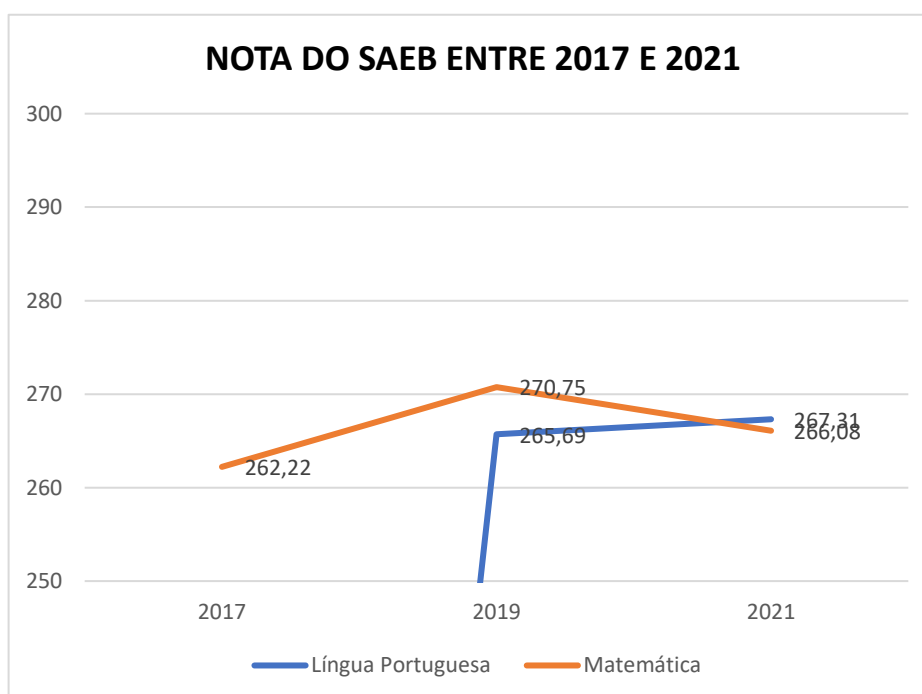
Nesse último período avaliado, nota-se que a educação de Caraguatatuba se afastou das metas projetadas. Ainda que com a presença do período pandêmico, o

município obteve elevação orçamentária e de investimentos na área da educação, evidenciando a baixa efetividade das ações realizadas durante a pandemia.

Além disso, pode-se notar que pela primeira vez na avaliação, o município teve um regresso em sua nota, caindo de 5.6 em 2019 para 5.5 em 2021, elucidando os efeitos negativos da pandemia e ensino remoto.

Por outro lado, o SAEB manteve-se estável, com pontuações entre 256 pontos e 270, mantendo-se na mesma linha de avaliação do nível avançado, o que se apresenta como positivo, tendo em vista que não ocorreram reduções de pontuações também no período.

Gráfico 7: Notas do SAEB entre 2017 e 2021.



FONTE: INEP. Elaborado pelos autores.

No ano de 2021, a cidade de Caraguatatuba contava com 56 unidades escolares e marcava o período transicional da pandemia, com novos mecanismos de funcionamento dos comércios e instituições de saúde e ensino.

Contudo, mesmo com os problemas evidenciados, o município conseguiu manter-se com as notas do SAEB dentro dos padrões anteriores.

CONSIDERAÇÕES



Diante da análise do desenvolvimento econômico de Caraguatatuba e seus reflexos no campo educacional ao longo das duas últimas décadas, não é possível constatar uma interdependência significativa entre a recepção de royalties e os investimentos na área da educação. Os recursos provenientes dessa fonte financeira desempenharam um papel crucial na melhoria da infraestrutura escolar, na capacitação de professores e na implementação de programas educacionais inovadores, mesmo que atrelados apenas diretamente ao orçamento municipal.

A ascensão econômica do município, impulsionada pelos royalties, proporcionou não apenas um aumento quantitativo nos investimentos educacionais, mas também uma elevação qualitativa no sistema de ensino. Observou-se uma correlação positiva entre a disponibilidade de recursos e indicadores educacionais, refletindo-se em melhores índices de desempenho escolar, redução da evasão e ampliação do acesso à educação.

Contudo, é imperativo destacar que, embora os royalties tenham desempenhado um papel crucial, não podem ser considerados como única panaceia para os desafios educacionais. Outros fatores, como gestão eficiente, participação da comunidade e políticas educacionais bem elaboradas, também influenciam diretamente o desenvolvimento educacional sustentável.

No cenário futuro, sugere-se a continuidade da análise crítica sobre a alocação dos royalties, buscando otimizar ainda mais os investimentos na área educacional. A diversificação das fontes de financiamento, aliada a uma abordagem holística na promoção da educação, contribuirá para assegurar um desenvolvimento econômico equitativo e sustentável, refletindo de maneira positiva na qualidade de vida e no potencial de crescimento de Caraguatatuba.

Este estudo serve como um chamado à reflexão contínua e à colaboração entre setores público e privado, visando a construção de um futuro educacional promissor para a comunidade caraguatatubense.

REFERÊNCIAS

ALCOREZA, Raúl Prada. (2015). **Filosofía, literatura y colonialidad**. Lecturas de narrativas. 1ª ed. Amazon, edição eletrônica.

ANP. **Boletim mensal da produção de petróleo e gás**. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins-anp/boletins/boletim-mensal-da-producao-de-petroleo-e-gas-natural>. Acesso em 10/12/2023.

BUTZKE, Luciana; THEIS, Ivo Marcos; MANTOVANELLI JÚNIOR; OKLINGER. (2019). **Existe alguma região para desenvolver?** Um questionamento desde o pensamento social latino-americano. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 14, n. 2, 2018, p. 91-106. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3586/660>. Acesso em: 24 jan. 2024.

CAMARA, Caraguatatuba. **Leis ordinárias**. Disponível em: https://sistema.camaracaraqua.sp.gov.br/consultas/legislacao/leis_ordinarias. Acesso em 04/01/2024.

CARNIELLI, Beatrice Laura (2000), **Recursos Federais para a Educação Fundamental: A Longa História do Descompromisso**, em Ensaio - Avaliação e Políticas Públicas em Educação, 26, Vol 8, Janeiro / Março de 2000, Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro.

CARPINTÉRO, J.N., Bacic, M.J. (1999), **Metodologia de Cálculo do Custo Aluno no Ensino Fundamental Público no Brasil**, Instituto de Economia, Universidade de Campinas, mimeo.

DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidade e eurocentrismo**. (2005). In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, p. 55-70.

ESTEVA, Gustavo. **Desenvolvimento. (2000)**. In: SACHS, Wolfgang (ed.). Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, p. 59-83.

FREITAS, Paulo Springer de. Disponível em: **Rendas do petróleo, questão federativa e instituição de fundo soberano**. Acesso em 31/11/2023.

FUNDAP, 2013.
https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20921_arquivo.pdf.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUDYNAS, Eduardo y ACOSTA, Alberto. (2011). **La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa**. Universidad de Zulia -Maracaibo. Revista Utopía y Praxis Latinoamericana. Pág. 71-83.

INEP. **Avaliação e exames educacionais**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais>. Acesso em 07/01/2024.

LANDER, Edgardo. (2005). **Ciências Sociais: Saberes Coloniais e Eurocêntricos**. In: LANDER, Edgardo. (Org.). A Colonialidade do Saber. Eurocentrismo e Ciências Sociais. Buenos Aires: Clasco, p. 21 –54. LEFEBVRE, Henry. (2001). O direito à Cidade. São Paulo: Centauro. 144p.

LANG, Miriam. **Introdução: alternativas ao desenvolvimento**. In: DILGER, Gerhard; LANG; Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (Orgs.). Decolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016, p. 25-44.

MÉSZÁROS, István. (2002). **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

QUIJANO, Aníbal. (2005). **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, p. 227-278.

ONU. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 04/10/2023.

POSTALI, Fernando Antonio Slaibe. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ee/a/swtHghXbbPDBjCvGLrNzrZz/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em 02/11/2023.

QUINTELLA, S. F. **Os royalties de petróleo e a economia do estado do Rio de Janeiro**. TCE-RJ. Rio de Janeiro, 2000.

SANTOS, E. L. et al. Desenvolvimento: **Um conceito multidimensional**. DRd – **Desenvolvimento Regional em Debate**. Ano 2, n.1, Jul. 2012.

SANTOS, Moacir José dos; VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Divina Fátima dos. 2018. **Capital social da população do município de caraguatatuba -sp e a sua relação com o desenvolvimento social e econômico**. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3941/710>. Acesso em 01/11/2023.



VIEIRA, E. T. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX.** São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) -Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SEGRERA, Francisco López. (2005). **Abrir, “impensar” e redimensionar as ciências sociais na América Latina e Caribe.** É possível uma ciência social não eurocêntrica em nossa região? In: LANDER, Edgardo (Org.).

SOUZA, Marcelo Lopes de. (1997). **Algumas notas sobre a importância do espaço no desenvolvimento social.** *Território*, v. 2, n. 3, p. 14 –35, 1997.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. **Desenvolvimento econômico regional: uma revisão histórica e teórica.** *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. (G&DR)*, v. 8, n. 2, p. 344-369, maio/ago. 2012.

WALLERSTEIN, I. (2006). **Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do século XIX.** São Paulo: Ideias & Letras.